

Nós confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano III – Nº 11 – Janeiro / Fevereiro / Março – 2014

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição! Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional
As medidas administrativas implementadas pelo Presidente do Senado Federal geraram economia de R\$ 275 milhões aos cofres públicos



Ministro Jorge Hage Sobrinho
Controladoria-Geral da União

A Parceria para Governo Aberto visa promover a transparência, a participação social, o combate à corrupção e a utilização de novas tecnologias



Ministro Luiz Fux
Supremo Tribunal Federal (STF)

O ministro votou a favor de que as condenações de oito réus por formação de quadrilha, definida no julgamento da Ação Penal nº 470, sejam mantidas



Você, sem fronteiras.



**INVESTIMENTO EM QUALIDADE.
É O QUE FAZ DA TIM
CADA VEZ MELHOR PARA VOCÊ.**

Oferecer o melhor serviço para você e para mais de 70 milhões de clientes em todo o Brasil. É pensando nisso que os mais de 11 mil profissionais da TIM trabalham todos os dias.

Qualidade, transparência e inovação.

Tudo para você falar mais, fazer mais e ir mais longe.

ACESSE TIM.COM.BR/PORTASABERTAS E SAIBA MAIS.





O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO III – Nº 11 – Janeiro / Fevereiro / Março – 2014

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Colaboração jurídica: Dr. Luís Alexandre Oliveira Castelo

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

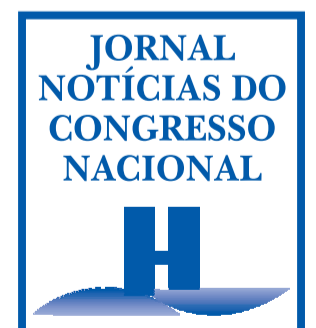
Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br

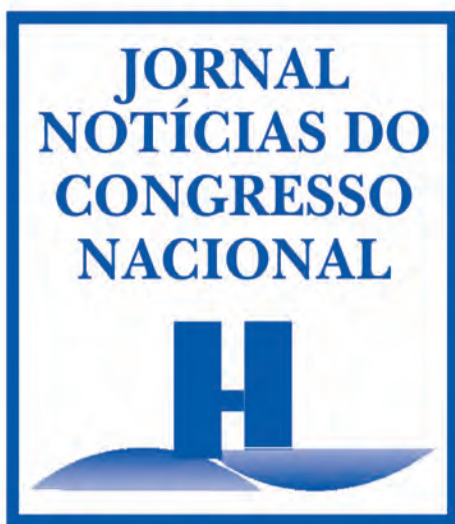
* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus





Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



Available on the App Store



ANDROID APP ON Google play

BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Senador José Renan Vasconcelos Calheiros (PMDB-AL)

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS IMPLEMENTADAS PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, GERARAM ECONOMIA DE R\$ 275 MILHÕES AOS COFRES PÚBLICOS



O ano de 2014 traz consigo grandes desafios para os brasileiros, especialmente para os Poderes Legislativo e Executivo. O principal desafio de todos é somar forças a fim de manter o Brasil no ritmo do crescimento econômico sustentável que possibilite aumento de renda, distribuição de riquezas e ampliação do espaço brasileiro no exterior.

Em regimes presidencialistas, a política econômica é orientada pelo Executivo e cabe ao Congresso Nacional colaborar na elaboração ou no aperfeiçoamento dos projetos enviados pela Presidente da República. No campo institucional, é dever do Congresso propor medidas para corrigir eventuais distorções e modernizar legislações já envelhecidas pelo tempo.

A produção legislativa de 2013, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, foi muito positiva. No Senado Federal, várias propostas que se arrastavam na burocracia legislativa foram aprovadas, em um esforço coletivo que contou com a participação de todos os senadores e líderes de todos os partidos.

Ao mesmo tempo em que as votações foram agilizadas, conseguimos implementar medidas administrativas que implicaram mais de R\$ 275 milhões de economia aos cofres públicos. Contratos foram cancelados ou refeitos, cargos foram extintos, e desperdícios e privilégios também foram cancelados. Ou seja, devolvemos aos cofres da União Federal o saldo de R\$ 275 milhões da dotação orçamentária de 2013, fruto da economia oriunda de vários esforços empreendidos pela atual Comissão Diretora do Senado Federal. Com essa medida, o Senado busca unir-se, aliar-se às iniciativas que promovem a eficiência administrativa e a austeridade no gasto público.

Sensibilizados pelos evidentes resultados obtidos pelo governo federal, recomendamos à Presidenta Dilma Rousseff a aplicação desses recursos nos programas sociais, notadamente na construção de creches e no *Bolsa Família*. Os recursos que ora devolvemos são suficientes para a construção de 180 creches ou para o pagamento anual de 241 mil bolsas-família.

As principais providências administrativas dão a magnitude da mudança de cultura pela qual passamos no Senado Federal. Entre as primeiras ações, foram eliminados o 14º e o 15º salários dos parlamentares e dos servidores, por meio do Decreto Legislativo nº 210, gerando economia de R\$ 4,3 milhões todos os anos.

Entre os gabinetes parlamentares, lideranças e membros da Mesa e na administração da Casa, foram extintas 630 funções comissionadas, o que corresponde a 30% do quantitativo total. Só o corte das funções comissionadas gerou economia de R\$ 9,6 milhões.

Ainda na esfera dos gastos pessoais, implementamos também a jornada corrida de sete horas, que resultou em maior disponibilidade de servidores e maior eficiência na prestação de serviços. Cinquenta mil horas foram adicionadas à jornada anual, evitando novas contratações, o que implicará economia substancial no biênio. A ampliação da jornada de trabalho acarretou economia superior a R\$ 55 milhões.

Também promovemos a extinção de cargos, diretorias e secretarias e fundimos estruturas administrativas, como o Interlegis, o Unilegis e o ILB.

Cancelamos ou reduzimos os valores de contratos com terceirização de mão de obra. Sete contratos sofreram redução de valores, e outros dois foram completamente extintos. No total, ocorreu a redução de 25% dos terceirizados contratados pelo Senado Federal, o que gerou economia de R\$ 10,5 milhões.

Os contratos emergenciais foram proibidos, e os gastos com material de consumo, como combustíveis, material de expediente e outros, foram reduzidos em R\$ 5,7 milhões, metade do que foi gasto no ano passado.

Eliminamos privilégios, e os profissionais do Serviço Médico do Senado passaram a atender toda a população no SUS. O mesmo ocorreu com os equipamentos hospitalares. Foram doados 300 equipamentos ao SUS — vários sem uso algum —, 6 mil medicamentos e 34 mil materiais perecíveis, como agulha, gaze, seringa e outros. Em contrapartida aos profissionais cedidos, ganhamos servidores em áreas carentes, como informática, gestão pública e manutenção predial.

Na Gráfica, foi expressiva a redução dos impressos, e também foi suspensa a distribuição dos *kits* de informática às Câmaras Municipais, o que implicou economia de R\$ 6,8 milhões.

O contingenciamento de atas de registro de preço gerou economia de R\$ 13,4 milhões. De outro lado, o fim do contrato do *clipping* de notícias resultou economia de R\$ 1,5 milhão. Conseguimos, ainda, economia de mais R\$ 1,7 milhão na redução de gastos com diárias e passagens, que devem continuar sendo reduzidos.

As nomeações foram proibidas, mais de 160 cargos foram bloqueados, bem como foi estabelecido prazo de dois anos para os cargos de diretor de Compras e Contratações e também para a Diretoria do Controle Interno.

Mais recentemente, o Senado aplicou imediatamente o acórdão do Tribunal de Contas da União que determinará o cumprimento do teto salarial, medida que implica economia de R\$ 1,3 milhão ao ano.

A Mesa Diretora aprovou, ainda, a fixação de uma taxa de ocupação dos imóveis ocupados por não senadores e a retomada deles de acordo com um calendário.

As reuniões de comissões compostas de não parlamentares são realizadas exclusivamente em Brasília. Os ramais de telefone foram limitados para fazer ligações DDD, DDI e para celulares. Também foi extinta a locação dos servidores remanescentes no Senadinho do Rio de Janeiro.

No quesito transparência e controle público, aprofundamos o muito que já havia sido feito pelo Presidente José Sarney. Sem custos, criamos a Secretaria de Transparência e instalamos o Conselho de Transparência, que conta com integrantes da sociedade civil especializados no assunto. É a primeira vez que isso acontece no Brasil com relação a um dos três Poderes da República.

Para que tudo isso se concretizasse, tornamos o Senado Federal a instituição mais transparente entre os Poderes. Todas as informações — gastos, contratos, salários — relativas à Casa estão disponíveis na internet para consultas a qualquer tempo. Dessa forma, a sociedade pode, efetivamente, exercer o controle social.

Esse caminho, de eficiência, economia e transparência, é sem volta, e, em 2014, vamos aprofundar as medidas para que o Parlamento possa fazer mais com menos, como ocorreu nesse ano que se encerrou. A meta para fechar o biênio 2013-2014 é uma economia global de mais de R\$ 300 milhões.

No campo da produção legislativa, 2013 foi um ano muito profícuo, sobretudo na formulação de políticas públicas voltadas para os menos favorecidos. Votamos e aprovamos 615 matérias, contra 405 matérias aprovadas em 2012. São projetos de lei complementar ou ordinária, PECs, medidas provisórias, projetos de resolução e decretos legislativos. Desse total, é importante frisar que 45,45% são propostas originadas no Senado Federal e 8,46%, concebidas na Câmara dos Deputados. Se não contabilizarmos as concessões de rádio e televisão, a expressiva maioria das propostas de novas leis foi sugerida pelo próprio Parlamento.

Da mesma forma, o Congresso manterá essa dinâmica de modernizar e aperfeiçoar legislações. Temos de trabalhar muito também para fazer as duas reformas mais importantes, para que o Brasil avance e consiga seu lugar entre as nações mais modernas do planeta. Refiro-me às reformas política e tributária, sem as quais poderemos ficar patinando no gargalo entre os países emergentes e as nações desenvolvidas.

A Presidenta Dilma Rousseff propôs ao país uma ampla reforma política, mas os debates no Congresso, infelizmente, não prosperaram. Por esse motivo, é importante considerarmos que a sociedade seja ouvida, por plebiscito ou referendo, sobre essa mudança essencial na vida brasileira.



Palácio do Congresso Nacional



Ministro Jorge Hage Sobrinho

Controladoria-Geral da União da Presidência da República

A PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO VISA PROMOVER A TRANSPARÊNCIA, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL, O COMBATE À CORRUPÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

A Parceria para Governo Aberto (OGP) é uma iniciativa internacional voluntária em torno de compromissos concretos de governos para com seus cidadãos no intuito de promover a transparência, a participação social, o combate à corrupção e a utilização de novas tecnologias que fortaleçam a governança democrática. Para tanto, a OGP estabeleceu parcerias em 58 países e criou um fórum internacional, no qual atuam governos, organizações da sociedade civil e setor privado, todos comprometidos com a troca de experiências que contribuam para o objetivo comum de estabelecer um governo aberto. Entre os participantes da OGP, incluem-se governos, sociedade civil e entidades do setor privado que apoiam os princípios e a missão da OGP.

O Brasil, um dos oito membros fundadores da Parceria para Governo Aberto, iniciou sua participação formal em janeiro de 2011. O lançamento oficial da parceria pelo Presidente norte-americano Barack Obama e pela Presidente brasileira Dilma Rousseff, com outros chefes de Estado, ocorreu em setembro desse mesmo ano, em Nova York.

Caso desejem participar da OGP, os governos deverão comprometer-se com os princípios do governo aberto, atendendo a um conjunto (mínimo) de critérios de desempenho em dimensões consideradas fundamentais: 1) transparência fiscal; 2) abertura das informações patrimoniais de agentes políticos; 3) acesso a informações pelo público; e 4) participação dos cidadãos. Para um total de 16 pontos definidos a partir desses critérios, o Brasil obteve no momento de sua entrada na Parceria a totalidade deles. Foi, no entanto, identificada na época uma lacuna relativa ao quesito acesso a informações, pois, no momento de seu ingresso na OGP, o país possuía uma garantia constitucional de direito à informação (art. 5º, XIV), mas ainda não estava em vigência uma lei que a regulamentasse.

O Brasil, assim como os demais membros fundadores, elaborou seu Plano de Ação nacional entre junho e setembro de 2011. A data oficial de entrada em execução do primeiro Plano foi 20 de setembro de 2011, data do lançamento oficial da OGP em Nova York.

O governo publicou seu relatório de autoavaliação (chamado de Balanço) em outubro de 2012. No momento da elaboração do presente relatório, em maio de 2013, o Brasil publicou uma nova versão atualizada do Balanço. Segundo o governo, essa segunda versão buscou seguir as definições nos *OGP Articles of Governance* que haviam sido elaboradas no fim de 2012, ou seja, após a apresentação da primeira autoavaliação brasileira.

A OGP no Brasil

A instituição que responde pelo Plano de Ação e pela coordenação dos participantes é o Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Governo Aberto, coordenado pela Controladoria-Geral da União (CGU). A CGU é diretamente vinculada à Presidência da República e conta com quatro secretarias, sendo a de Prevenção à Corrupção e Informações Estratégicas que coordena a implementação da parceria no Brasil.

A Controladoria responde igualmente pelo governo brasileiro no plano internacional, em instâncias como o Comitê Diretor da OGP.

A aprovação e a atualização do Plano são feitas pelo Comitê Interministerial para o Governo Aberto (CIGA). Esse comitê é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, sendo composto de representantes de 18 ministérios. A coordenação do trabalho desse comitê é feita pelo Grupo Executivo, encabeçado pela CGU. O Grupo Executivo foi composto inicialmente de seis ministérios (CGU; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria Geral da Presidência da República – SGPR; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; e Ministério das Relações Exteriores).

Em março de 2013, o Ministério da Justiça foi igualmente integrado. Segundo depoimentos colhidos pela pesquisa, houve três reuniões do Grupo Executivo no primeiro ano de vigência da parceria. O CIGA reuniu-se apenas uma vez ao longo desse primeiro ano, em dezembro de 2011. As atas dessas reuniões não foram publicadas, com exceção das atas das reuniões dos dias 8/4/2013 e 12/4/2013, referentes ao segundo Plano, as quais, diferentemente das demais, contaram com a presença de observadores da sociedade civil.

Como é de se esperar, a coordenação da parceria envolve uma engenharia complexa, pois há, por parte da OGP, demandas claras tanto em relação à objetividade e ao cumprimento dos compromissos quanto ao processo de articulação política entre governo e sociedade. Sob essa perspectiva, cabe à CGU liderar o processo de coordenação intragovernamental e garantir a participação social no processo.

A coordenação intragovernamental envolveu no primeiro Plano a negociação de compromissos com a própria CGU, a SGPR e mais três ministérios (Planejamento; Educação; e Ciência, Tecnologia e Inovação). Desde abril de 2012, a Controladoria conta com o apoio da Secretaria-Geral para gerir e efetivar a participação da sociedade civil no processo.

Como coordenadora do Grupo Executivo, cabe à CGU operacionalizar as decisões tomadas pelo Grupo, tendo poder limitado quanto à escolha, definição dos prazos e cumprimento dos compromissos. Esses são propostos pelos ministérios, cabendo ao CIGA definir quais serão incluídos no Plano, bem como aprovar o Balanço. Na medida em que os compromissos permanecem colados nos planos estratégicos dos órgãos, a CGU e a OGP, em geral, podem apenas criar uma pressão externa para o cumprimento de metas, mas estas estão de fato submetidas aos sistemas internos de coordenação e controle de cada órgão ou de cada ministério. Nesse sentido, os representantes da CGU entrevistados indicaram que o fato de o CIGA ser coordenado pela Casa Civil da Presidência contribui para o bom andamento da parceria, pois há interesse por parte dos ministérios em estar em dia com os compromissos assumidos com a Presidência da República.

Em uma perspectiva mais informal, um mecanismo importante para o fortalecimento e o bom andamento da parceria foi o fato de já haver grupos trabalhando nos ministérios e do Legislativo com temáticas afins às da OGP. O exemplo da utilização da Plataforma do E-democracia, da Câmara, nas atividades da OGP demonstra esse potencial de sinergia entre os Poderes em temáticas relativas a Governo Aberto. Esses grupos reconheceram na iniciativa uma oportunidade de tanto alavancar seus projetos nos órgãos em que atuam, como também de fortalecer uma rede no governo federal empenhada em promover os temas da OGP.

A coordenação da relação com a sociedade civil foi sendo construída de forma mais gradual. O envolvimento de organizações da sociedade civil foi facilitado inicialmente pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, organização da sociedade civil que faz parte do Comitê Diretor da OGP. Com a entrada mais ativa da SGPR na parceria, foram organizadas listas mais amplas de entidades a serem contatadas para participar da validação do Plano e de seu posterior monitoramento. A partir daí, vem se estabelecendo um diálogo regular, embora talvez não tão frequente ou deliberativo quanto desejado pela sociedade civil, com os diferentes *stakeholders* envolvidos com os objetivos da OGP.

Nesse sentido, cabe ainda mencionar a existência, desde abril de 2012, de um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT da Sociedade Civil) que apoia oficialmente o Grupo Executivo e tem *status* consultivo em relação ao CIGA. Durante a vigência do primeiro Plano, o Grupo Executivo do CIGA e o GT da Sociedade Civil reuniram-se em diversas oportunidades. O Grupo é composto de dez organizações. Segundo a CGU, o GT foi criado para construir, juntamente com o governo, a metodologia oficial de monitoramento do primeiro Plano e o processo de consulta para a elaboração do segundo Plano.

Adicionalmente, para o INESC, seu objetivo a longo prazo é revisar e monitorar os planos brasileiros e elaborar uma agenda de diálogo com o governo. Na época de sua formação, 14 organizações manifestaram interesse em participar do mecanismo, e as próprias organizações elegeram dez representantes, seguindo duplas temáticas: Academia (Gpopai-USP e PDMA-FGV Direito RJ); Tecnologia (Transparência Hacker e W3C); Defesa de Direitos (CESE e CFemea); Transparência (Artigo 19 e Amarríbo); Combate à Corrupção (Instituto Ethos e Sinsepe). Essas organizações não figuram, no entanto, na página da parceria, abrigada no *site* da CGU. O GT passou a se reunir virtualmente a partir de maio de 2012. A agenda dos encontros e as orientações sobre como participar do grupo também não estão disponibilizadas na página mencionada.

Existe ainda um diálogo mais amplo em torno da parceria, o qual congrega essas e outras organizações e indivíduos por meio de uma lista independente e aberta de e-mails, a “Parceria para Governo Aberto”. A lista está ativa desde dezembro de 2011 e conta hoje com 158 membros. Nela são debatidas questões relativas à participação social na OGP, assim como outros temas ligados à transparência e ao controle social de forma mais geral.



Presidenta Dilma Rousseff durante cerimônia de lançamento da Parceria para Governo Aberto no Hotel Waldorf Astoria (Nova York - EUA, 20/9/2011).



Ministro Luiz Fux

Supremo Tribunal Federal (STF)

O MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LUIZ FUX, VOTOU A FAVOR DE QUE AS CONDENAÇÕES DE OITO RÉUS POR FORMAÇÃO DE QUADRILHA, DEFINIDA NO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL Nº 470, SEJAM MANTIDAS

O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, votou a favor de que as condenações de oito réus por formação de quadrilha, definida no julgamento da Ação Penal nº 470, o processo do mensalão, sejam mantidas. Ao contrário das argumentações dos advogados de defesa, Fux entendeu que os condenados formaram uma quadrilha para viabilizar o esquema de compra de parlamentares. O ministro é relator dos embargos infringentes, recursos destinados aos condenados que tiveram quatro votos pela absolvição na pena de formação de quadrilha.

Segundo o ministro, os infringentes dos condenados devem ser rejeitados porque o crime de quadrilha ficou comprovado. No entendimento de Fux, os condenados atuaram por um longo período de dois anos, conforme foi decidido no julgamento principal, em 2012.

Para Fux, se o esquema não tivesse sido denunciado pelo ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, os desvios poderiam estar ocorrendo. O ministro também disse que todos os condenados tinham conhecimento sobre a função de cada um na quadrilha. Segundo o magistrado, não há dúvidas sobre a amizade entre o publicitário Marcos Valério e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, ligações telefônicas e reuniões entre os condenados, além da distribuição de dinheiro em carros-forte.

Em seu voto, Fux também informou que todos os condenados dos núcleos político e econômico foram “instrumento para o sucesso” dos desvios de dinheiro público e para a entrega dos valores para parlamentares. “A estabilidade é demonstrada pela mecânica de retirada de dinheiro em agências bancárias, pelas datas de empréstimos factícios e pelos contatos mantidos pelo grupo. Uma quadrilha não precisa ter uma estrutura formal”, argumentou.

O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, defendeu a manutenção da condenação pelo crime de formação de quadrilha do operador do mensalão, Marcos Valério, e dos ex-sócios Ramon Hollerbach e Cristiano Paz. Segundo ele, está comprovado nos autos que o trio se associou com fins de delinquir, o que foi reconhecido, na opinião dele, durante o julgamento realizado em 2012.

O chefe do Ministério Público federal argumentou que não entende que as empresas do trio, a SMP&B e a DNA, sejam de fachada, mas considerou que, em dado momento, elas se uniram para participar do esquema de compra de apoio político.

“O problema é que a questão não ficou só nisso (atividade regular das empresas). Houve uso dessa estrutura societária para a prática deliberada de ilícitos”, afirmou ele, ao ressaltar que provas técnicas também apontaram a prática de outros crimes da quadrilha.

Por último, o Ministro Luís Roberto Barroso votou por absolver todos os condenados do crime de formação de quadrilha. Segundo o ministro, o tribunal exacerbou na pena para os crimes de formação de quadrilha ou bando para evitar que elas prescrevessem. “Considero, com todas as vênias de quem pense diferentemente, que houve uma exacerbação nas penas aplicadas de quadrilha ou bando. A causa da discrepância foi o impulso de superar a prescrição do crime de quadrilha e até de se modificar o regime inicial de cumprimento das penas”, disse Barroso. “Por isso, considero a questão passiva de ser conhecida em embargos infringentes.”

Nesta fase do julgamento, os ministros vão decidir se oito condenados que tiveram quatro votos pela absolvição no crime de formação de quadrilha durante o julgamento principal em 2012 poderão ter as condenações revistas. Os recursos são chamados de embargos infringentes. Todos os réus que terão os recursos analisados estão presos para cumprir as penas em que não cabem mais recursos, como corrupção, peculato e evasão de divisas.

Após decidirem os infringentes que questionam as condenações por formação de quadrilha, os ministros vão decidir se três condenados que obtiveram quatro votos pela absolvição no crime de lavagem de dinheiro terão as penas revistas. Nessa situação estão o ex-Deputado João Paulo Cunha, o ex-assessor do PP João Claudio Genu e Breno Fischberg, ex-sócio da corretora Bônus Banval.

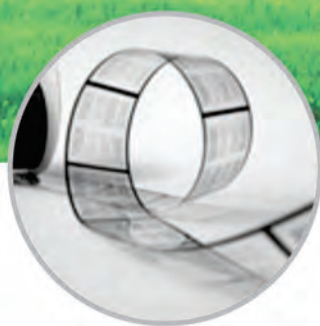


Supremo Tribunal Federal



Hardware

- Scanners
- Multifuncionais
- Impressoras



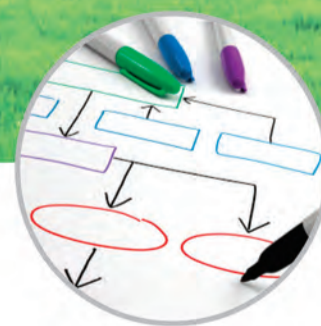
Gestão de Documentos

- Serviços BPO
- Digitalização
- Guarda Digital
- Guarda Física
- Microfilmagem



Software

- Gerenciamento físico e digital de documentos
- GED / ECM / WORKFLOW
- Billing (bilhetagem)



Consultoria

- BPM (business Process Management)
- Soluções GED
- Treinamento

Inovação tecnológica mais sustentável

A adoção pelos nossos clientes das tecnologias de **Capture & ECM** com o uso do documento no formato digital em vez do papel fornecidas pelas soluções **CNC**, já permitiu que mais de **150.000* árvores** deixassem de ser derrubadas.

Fundada em 1996, a **CNC Solutions**, empresa 100% brasileira, é reconhecida nacionalmente por sua capacitação em fornecer soluções completas no segmento de gestão de documentos, com presença marcante na iniciativa privada e na área governamental.

* 150.000 árvores = 10 bilhões de folhas de papel (estimadas)

Cadastre-se em nosso site e seja uma **Revenda CNC**

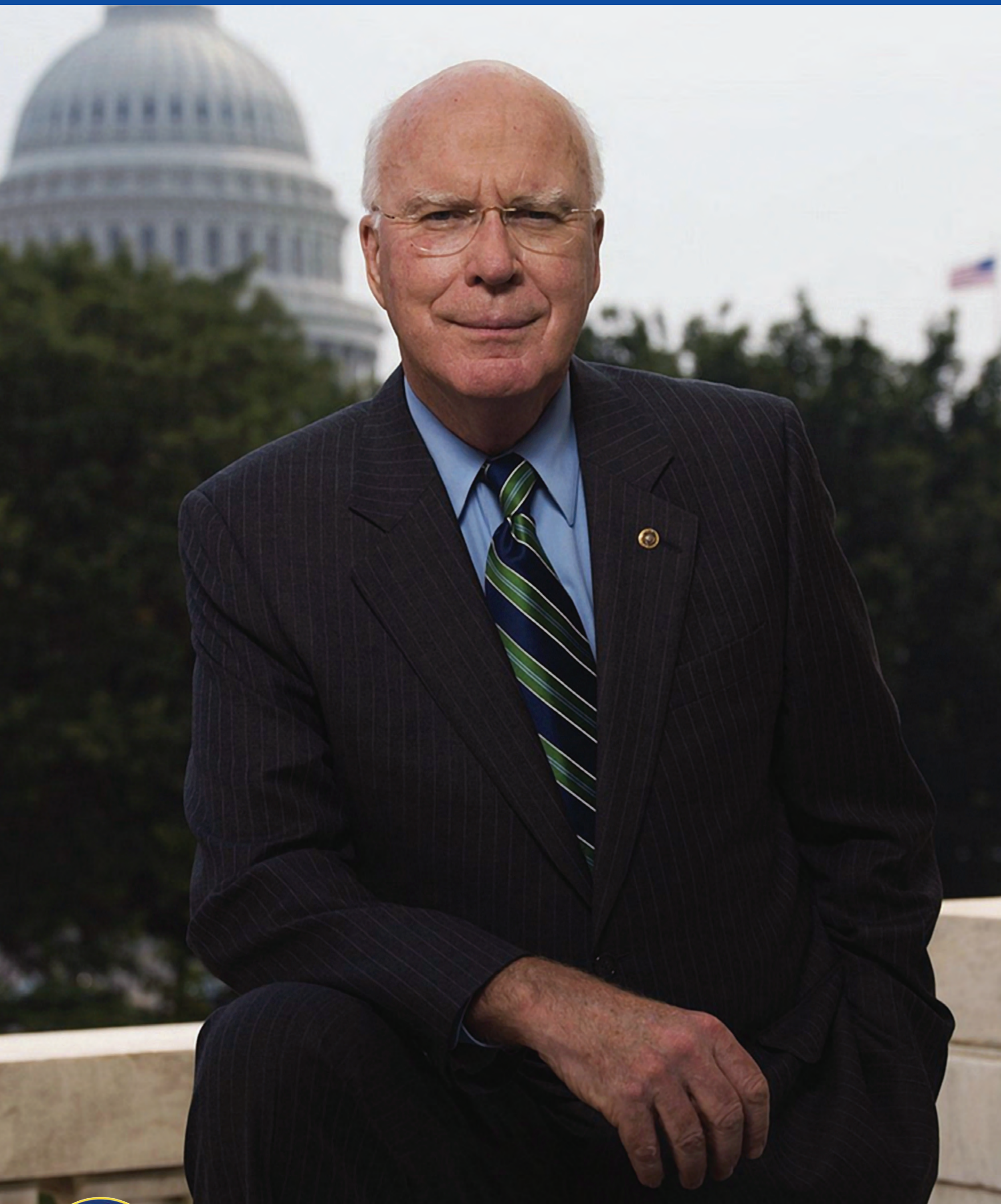
www.cncsolutions.com.br
55 11 2664-0800

Distribuidor Oficial

Panasonic

CNC
SOLUTIONS

De bem com o meio ambiente!



Senador Joseph Patrick Leahy (D-VT)

Presidente do Comitê Judiciário do Senado dos Estados Unidos da América

DECLARAÇÃO DO SENADOR PATRICK LEAHY (D-VT), PRESIDENTE DO COMITÊ JUDICIÁRIO DO SENADO DOS ESTADOS UNIDOS, COMEMORA O ANIVERSÁRIO DE UM ANO DA PROMULGAÇÃO DA LEI DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



de Daniel Inouye.

Senador Joseph Patrick Leahy é um político americano membro do Partido Democrata, eleito senador pelo Estado de Vermont em 1975. Atualmente, é o senador com o maior tempo de permanência no Senado e Presidente *pro tempore*, desde a morte

e ficou comigo no Senado para proteger todos os sobreviventes. Na Câmara, o Deputado Tom Cole era uma voz crítica que apela para a necessidade urgente de tratar particularmente do abuso em terras tribais. Agradeço-lhes, hoje, como eu fiz há um ano, pela sua dedicação e pela sua parceria.

para proteger aqueles sob sua custódia. Eu também permaneço comprometido com a aprovação da legislação para aumentar o número de vistos disponíveis para imigrantes vítimas de violência. Essa poderosa ferramenta de aplicação da lei ajuda a manter todos nós seguros, incentivando, assim, as vítimas a denunciar os criminosos que representam um perigo para as nossas comunidades.

Há um ano, os membros do Senado dos Estados Unidos trabalharam para criação de uma lei que viesse atender às demandas da sociedade americana com a proposta de criação da lei de combate à violência doméstica e sexual contra a mulher. Hoje, comemoramos a assinatura da *Leahy-Crapo* – Lei de Combate à Violência Contra a Mulher. Foi uma enorme conquista para um Congresso dividido, mas que se uniu para aprovar essa importante legislação, que tem um significado histórico, para proteger todas as vítimas contra a violência. Hoje, honramos aquelas vítimas e sobreviventes do passado, renovando, assim, o nosso compromisso com o objetivo comum de acabar com a violência doméstica e sexual contra as mulheres deste país.

Nosso esforço bipartidário no ano passado contribuiu significativamente para uma vida melhor daqueles que sofriam o trauma da violência doméstica e sexual. As novas disposições não discriminatórias tanto lutaram para proteger a garantia de que todas as vítimas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero, tenham acesso a programas que salvam vidas. Como eu já disse muitas vezes, “uma vítima é uma vítima, é uma vítima”. Enquanto alguns chamaram para nós a responsabilidade para trabalhar em favor dos grupos sociais mais vulneráveis, os nossos pares no Senado trabalharam arduamente lado a lado para aprovar uma lei que cumprisse a meta social. Estou orgulhoso e feliz por manter um trabalho firme, pautado por nossas ideologias e nossas crenças. Isso não poderia ter sido feito sem a liderança e o compromisso do Senador Mike Crapo e da Senadora Lisa Murkowski, que lutou em sua bancada para preservar uma reautorização totalmente inclusiva

Toda semana, nós estamos aprendendo mais sobre o impacto desta importante lei. No mês passado, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos lançou um projeto piloto para proteger as três tribos – o Umatilla, a Pascua Yaqui e o Tulalip – e vai começar a exercer sua autoridade para processar os infratores que não sejam índios que cometerem atos de violência doméstica contra um índio em terra tribal. Até agora, os agressores que não são índios eram essencialmente imunes a processos, fato que usariam para aterrorizar suas vítimas. Esta nova autoridade marca o começo do fim daqueles dias, que é um divisor de águas em nosso compromisso de acabar com a epidemia de violência contra as mulheres indianas que, por muito tempo, foram ignoradas. Nós lutamos muito para garantir que esta disposição viesse a ser implantada para salvar vidas. A Procuradoria-Geral e o Vice-Procurador-Geral, Adjunto Hirsch, merecem nossos elogios por fazer a implementação de maneira cuidadosa da *Leahy-Crapo* – Lei de Combate à Violência Contra a Mulher, uma lei prioritária para a sociedade.

Na semana passada, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos anunciou que estava tomando medidas adicionais sobre a nossa reautorização VAWA para impedir o assalto e o abuso sexual de imigrantes em nossas instalações de detenção. Isso foi em resposta a uma disposição na Lei de Violência contra a Mulher e a reautorização do Departamento de Justiça (VAWA) exigindo que todas as instalações de detenção DHS venham a cumprir a chamada lei *Prison Rape Elimination Act* para prevenir o abuso e a agressão sexual. Ainda há muito trabalho a ser feito para proteger as mulheres imigrantes deste país, e estou ansioso para continuar a trabalhar com o DHS para garantir que eles estão fazendo tudo que podem

Estamos atentos à realização dos serviços de impacto da Lei de Violência contra a Mulher (VAWA) no resgate dessas vítimas para protegê-las e como devemos aperfeiçoar para garantir cada vez mais a sua eficácia. A Rede Nacional pelo Fim da Violência Doméstica, em sua pesquisa anual, constatou que a cada dia 9 mil solicitações de serviço não são realizadas devido à falta de recursos. Isso não é aceitável. Todos os dias, dezenas de milhares de vítimas voltam para provedores de serviços de violência doméstica e sexual para pedir apoio por meio de abrigos seguros de emergência, assistência jurídica e grupos de apoio à criança. Devemos fazer tudo o que pudermos para garantir que essas necessidades sejam atendidas.

Em meus quase 40 anos no Senado, algumas questões têm significado muito para mim, e uma delas é o meu árduo trabalho para aprovar uma lei que venha eliminar de vez a violência contra a mulher. Essa lei é um exemplo de como o governo federal, em cooperação com as comunidades locais e estaduais, podem ajudar a resolver esse grave problema de violência doméstica e sexual. Ao fornecer novas ferramentas e recursos para as comunidades em todo o país, desvendaremos de maneira mais prática os crimes de estupro e violência doméstica, assegurando a devida punição pelos atos criminosos dos culpados. Estou orgulhoso do trabalho que fiz no ano passado, em conjunto com os meus colegas. Espero que um Senado bipartidário possa unir-se também neste ano para aprovarmos outras significativas leis, com o objetivo de continuarmos a apoiar e a proteger todas as vítimas de quaisquer atos criminosos, por meio da aplicação de novas leis que serão aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos.



Senado dos Estados Unidos da América



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

O SENADO ATRAVÉS DO TEMPO

Analisar a história do Senado, desde os primórdios, é fascinante. Incrível imaginar que, já nas sociedades primitivas, um grupo de decisores políticos zelava pelo bem-estar do povo, em todos os níveis. Onde até então imperava o “cada um por si”, com o início da estruturação de sociedades politicamente organizadas, o interesse de todos é o que prevalecia.

A sabedoria e a experiência serviam como principais critérios para definir quem faria parte do seletivo grupo de gestores, já que a responsabilidade se resumia em garantir a proteção da integridade e da memória coletiva. Por isso, eram os mais velhos que compunham o clã dos sábios líderes.

Assim foi em Atenas, na Grécia, onde um conselho de anciãos, chamado Areópago, se tornou parte da estrutura político-administrativa, uma referência na Antiguidade Clássica. Roma também foi exemplo. Naquele império, essa organização recebeu o nome de Senado e atingiu um alto patamar no poder. Aliás, a legislação do grupo ia muito além de seu tempo. O Senado administrava, também, a política externa. A eficiência foi historicamente comprovada; afinal, os romanos dominaram a Península Itálica e a bacia do Mediterrâneo, ampliando seus horizontes. A Idade Média, tida como a era das sombras, acabou por abortar os grupos legisladores, dando lugar ao poder latifundiário. A noção de Estado foi praticamente extinta, e não havia qualquer espaço para a manutenção de um órgão representativo como o Senado.

A Idade Moderna trouxe consigo a “luz no fim do túnel”, marcando o início de um processo de transição, que acolheu tanto as velhas práticas feudais como as organizações que já apontavam para a constituição de uma sociedade capitalista.

Portugal inaugura esse novo tempo com as Monarquias Absolutistas, consolidando os Estados Nacionais. Mas, ainda, o poder político estava restrito aos desejos e pensamentos do rei. Outro golpe para o fortalecimento de novos modelos democráticos de gestão foi o despotismo, que teve na França seu maior precursor, tornando impraticável a instituição de qualquer tipo de parlamento. O século XVII abre as portas para uma nova fase, na Inglaterra. A Revolução Gloriosa de 1688/89 derrota o absolutismo no país, dando lugar ao Parlamento, da maneira como o conhecemos hoje. Com as revoluções ocorridas nos séculos XVIII e XIX, o antigo regime perdeu a força e abriu espaço ao mundo contemporâneo. É na Revolução Industrial que as estruturas das sociedades rurais se fragilizam, promovendo a urbanização da sociedade em meio a novas formas de relações sociais.

A Revolução Americana, de 1776, e, principalmente, a Revolução Francesa, em 1789, foram marcos na constituição política do mundo contemporâneo, assim como a independência das treze colônias inglesas da América do Norte, que maculou o velho sistema colonial, restringindo o domínio europeu sobre as terras americanas.

“Liberdade, Igualdade e Fraternidade” decretaram não só o fim do velho regime na França como, também, acabou com a antiga condição que impedia o exercício da cidadania e a participação popular. Nesse período, o papel da Assembleia foi essencial e esteve presente durante toda a revolução.

Depois da Primeira Guerra Mundial e do fim de regimes totalitários, o século XX é marcado pelo fortalecimento da democracia, especialmente das instituições parlamentares e das concepções e práticas participativas. E o Senado conquista, enfim, o seu lugar.

O Senado verde e amarelo

Com exceção dos períodos ditatoriais, a partir da Independência, o Senado sempre esteve à frente da história política brasileira, cumprindo o seu papel de preservar a Federação, a harmonia entre os Estados e a soberania nacional. Mas, voltemos ao período do Império, exatamente no mês de junho de 1822, quando foi convocada a primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. Estava marcada ali uma tentativa de

romper os laços de submissão com a Coroa Portuguesa. No entanto, instalada em maio do ano seguinte, a Assembleia não teve espaço nem tempo para atuar de forma efetiva, porque, em novembro de 1823, mergulhado em uma crise política, o Imperador Dom Pedro I acabou por dissolvê-la.

No dia 25 de março de 1824, elaborada por um Conselho de Estado, foi instituída a primeira Constituição brasileira, que vigorou até o advento da República, em 1889. Essa Constituição delegava ao Senado importantes atribuições. Em contrapartida, havia algumas exigências para o cidadão concorrer ao cargo. Tinha direito de votar e ser votado o indivíduo que comprovasse uma determinada renda anual (“oitocentos mil réis” traduzidos em bens, indústria, comércio ou empregos). Também deveria preencher certos requisitos, como ser cidadão brasileiro, no gozo de seus direitos políticos, ter idade mínima de quarenta anos e ser “pessoa de saber, capacidade e virtudes”. Os senadores tinham cargos vitalícios e eram definidos por uma lista tripartite em cada província. Ao Imperador cabia escolher o eleito.

Foi justamente na “escola” do Senado que, durante o Império, as elites aprenderam o exercício da política, especialmente durante o I Reinado – quando, em 1831, Dom Pedro I foi afastado – e na fase regencial. As Regências atribuíram a história do País – e do Senado – porque estava em jogo a organização do próprio Estado e os destinos da nacionalidade. Os centralizadores, favoráveis ao Estado único, eram ferrenhos opositores aos que defendiam maior autonomia para as províncias.

Por isso, aconteceram sucessivas rebeliões que respigaram em todos os cantos da Nação: Sabinada, Balaçada, Cabanagem e a Revolução Farroupilha. Ao Senado coube a importante tarefa de substituir os Regentes, alterando a Carta Magna pelo Ato Adicional de 1834, o que suavizou o centralismo. Além disso, foi um agente essencial na decretação da maioridade, em 1840, inaugurando, assim, o II Reinado. Era também o Senado a matéria-prima para a composição dos sucessivos gabinetes e seus ministros, que sustentaram o Parlamentarismo, assim como a sucessão de leis que levaram ao fim a escravidão, em 1888, especialmente a lei que determinou o fim do tráfico (1850) e a Lei João Alfredo (Lei Áurea).

O Senado brasileiro contemporâneo

Era 15 de novembro de 1889, a proclamação da República. O Governo Provisório dissolveu o Senado e a Câmara, definindo para 15 de setembro do ano seguinte a eleição da nova Assembleia Constituinte. Em novembro de 1890, a Assembleia contava com 205 deputados e 63 senadores. Em fevereiro de 1891, ela aprovava o texto final da primeira Constituição Republicana do Brasil, cujo conteúdo recebeu significativa influência da Carta norte-americana. Entre as principais mudanças estavam o fim do cargo vitalício e a eleição de três senadores – de no mínimo 35 anos de idade – por Estado para um mandato de nove anos.

Os primeiros anos do regime republicano foram pontuados por sucessivas crises: fechamento do Congresso Nacional; renúncia do Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca; ascensão do Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto; revoltas armadas. Esses eventos acabaram fortalecendo o papel do Senado, que assumiu para si o debate político, tornando-se um reduto das grandes lideranças estaduais durante toda a República Velha.

É incontestável a influência do Senado nas decisões importantes para o desenvolvimento do País. Voltando no tempo, vale ressaltar a participação desses legisladores no saneamento financeiro praticado nos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves. Outro destaque foi a obrigatoriedade da vacina contra a febre amarela e a elaboração do Código Civil.

Com relação aos eventos internacionais, o Senado também contribuiu com importantes resoluções, como a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Getúlio Vargas, Presidente do País depois do evento da Revolução de 1930, retirou o poder do Senado e, por meio da Constituinte de 1933, passou à Câmara dos Deputados a tarefa de exercer o

Poder Legislativo, fato que também caracterizou como ditatorial o Estado Novo, vigente de 1937 até 1945. Foi com a Constituição de 1946 que a independência dos Poderes voltou a vigorar e o Senado recuperou sua função legislativa.

Mesmo com a Câmara dos Deputados assumindo para si o debate político no período, o Senado teve importante papel na superação dos muitos obstáculos enfrentados pelo País, especialmente nas consequências históricas causadas pelo suicídio de Getúlio Vargas, a turbulenta eleição de Juscelino Kubitschek e as não menos turbulentas renúncia de Jânio Quadros e deposição de João Goulart. A partir de 1964, as ações da ditadura militar inibiram a participação política por meio da cassação de mandatos, da suspensão de direitos políticos, da imposição de recesso do Congresso em várias ocasiões, do decreto de Ato Institucional, substituindo a ordem constitucional e dando maiores poderes ao Executivo. Mesmo diante de um cenário caótico, o Congresso manteve sua atividade e, apesar do limite de suas possibilidades, resistiu ao poder da ditadura e acabou com o regime. A eleição indireta do Senador Tancredo Neves a Presidente da República, tendo o Senador José Sarney como Vice-Presidente da República, pontuou o início da transição política. A Constituição de 1988 marcou o novo tempo de liberdade, democracia e cidadania.

Mais uma vez, o Senado assumiu a posição central do debate político, já que o reencontro do País com a democracia foi definitivamente coroado com a promulgação da atual Carta Constitucional brasileira. Um dos maiores méritos desse feito foi garantir a participação popular e explicitando em seu texto a preocupação do Estado brasileiro com os direitos humanos e sociais do cidadão. Alguns anos mais tarde, em 1992, o Senado novamente protagoniza outro fato histórico que culminou no *impeachment* do então Presidente da República Fernando Afonso Collor de Mello.

O julgamento foi polêmico, e alguns juristas consideraram que o julgamento, após a renúncia, não deveria ter acontecido. Foi condenado a perda do cargo e a uma inabilitação política de oito anos pelo placar de 76 votos a 5 numa sessão presidida pelo Ministro Sidney Sanches, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Além de ter participado ativamente na Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senado cumpriu seu papel constitucional, substituindo o Presidente afastado pelo Vice-Presidente da República, Itamar Franco, representante do Estado de Minas Gerais no Senado Federal por dois mandatos. Nas eleições de 1994 e 1998, mais uma importante contribuição: a eleição do Senador por São Paulo Fernando Henrique Cardoso para ocupar a Presidência da República.

O papel do Senado Federal

Atualmente, e depois de muitos anos de amadurecimento democrático e da incontestável contribuição da Casa ao presente e ao futuro do País, a atuação do Senado – que conta com 81 membros – vai muito além da votação de projetos e de propostas de emenda à Constituição. Ele possui uma série de funções essenciais, como autorizar a rolagem de dívida, a fixação de limites e o aumento de endividamento e a tomada de empréstimo, interno ou externo, por parte da União, dos Estados e dos Municípios.

Também é de sua competência aprovar os nomes indicados pelo Presidente da República aos cargos de Ministros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, presidentes e diretores do Banco Central, embaixadores e o Procurador-Geral da República. Cabe ao Senado Federal a difícil, mas imprescindível, tarefa de julgar, nos crimes de responsabilidade, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União. Missões que sempre assumiu com compromisso e seriedade.

Faz parte do escopo de responsabilidade do Presidente do Senado convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, promulgar leis e assumir eventualmente a Presidência da República, como o terceiro na linha de sucessão. Também cabe a ele zelar pelo respeito às prerrogativas da Casa, convocar e presidir as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso Nacional e fazer valer as leis e o Regime Interno.



O Senado Romano



Jorge Paulo Lemann

Controlador da AB Inbev

JORGE PAULO LEMANN É UM EXEMPLO DE EMPRESÁRIO QUE APOSTA NO CRESCIMENTO DO BRASIL

O empresário Jorge Paulo Lemann, nascido no Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1939, mora na Suíça e é o brasileiro mais bem-sucedido no exterior. Hoje, de acordo com a *Forbes*, Jorge Paulo Lemann lidera o ranking de bilionários brasileiros com fortuna estimada em US\$ 19,7 bilhões. Graças às suas participações em tradicionais empresas, como Anheuser-Busch InBev, Burger King e H. J. Heinz, o bilionário, educado na Universidade de Harvard, poderia ser chamado de “conquistador da América”. Isso é algo raro em se tratando das corporações norte-americanas (caso de Burger King e Heinz), que têm a cultura de comprar empresas estrangeiras, não de ser compradas por elas.

O primeiro grande sucesso de Lemann, homem mais rico do Brasil, foi ao lado de seus parceiros de longa data, Marcel Hermann Telles e Carlos Alberto Sicupira, ambos também bilionários, no Banco Garantia, fundado em 1971 e vendido para o Credit Suisse First Boston em 1998, por US\$ 675 milhões.

Enquanto estavam no Garantia, Lemann e seus parceiros compraram uma fábrica de cervejas que, posteriormente, se tornaria a AmBev. A empresa, então, se juntou com a belga Interbrew em 2004, uma jogada que resultou na criação da Inbev.

Em 2008, Lemann foi destaque na imprensa internacional quando a Inbev adquiriu a Anheuser-Busch por US\$ 52 bilhões, criando a AB-InBev, maior cervejaria do mundo, na qual o brasileiro tem 10% de participação. Em 2010, ele voltou a sentir fome de empresas estrangeiras e comprou, junto com Telles e Sicupira, o Burger King, por US\$ 3,3 bilhões.

Depois, ele se uniu ao bilionário norte-americano Warren Buffett para comprar a Heinz, por US\$ 23 bilhões. Somando-se as dívidas da empresa, a transação chega a US\$ 28 bilhões. Baseada no livro *Sonho Grande*, da jornalista Cristiane Correa, que conta a história do bilionário e de seus sócios, a *Forbes* destacou as 20 regras de sucesso de Jorge Paulo Lemann.

20 MANDAMENTOS PARA O SUCESSO DE JORGE PAULO LEMANN

1º Mandamento

Bons profissionais com objetivos comuns trabalhando em equipe: esse é o patrimônio mais importante e maior diferencial de um negócio.

2º Mandamento

Encontrar, treinar e manter bons profissionais é uma luta permanente para todos os acionistas.

3º Mandamento

Os ganhos devem ser estimulantes, justos e equilibrados com os interesses gerais da sociedade.

4º Mandamento

Avaliação de pessoas é um item essencial para o negócio.

5º Mandamento

A principal função dos donos de um negócio é escolher pessoas melhores do que eles para manter a empresa funcionando mesmo sem suas lideranças.

6º Mandamento

A liderança é exercida por ideias claras e pelo exemplo diário, nos mínimos detalhes.

7º Mandamento

Debater é importante, mas tudo a ser considerado requer alguém responsável por trás. No final, alguém tem de tomar uma decisão.

8º Mandamento

Senso comum vale muito mais do que ideias complexas. O simples é sempre melhor que o complexo.

9º Mandamento

Um bom negócio está sempre procurando melhorar. Seja qual for o grau do sucesso, sempre há espaço para avanço.

10º Mandamento

Sempre reduzir os custos. Isso é algo que está sob o seu controle e garante a sobrevivência do negócio.

11º Mandamento

Inovações que criam valor são úteis, mas copiar o que funciona bem é muito mais prático.

12º Mandamento

A educação contínua dos profissionais deve ser um esforço permanente, incorporada à rotina dos negócios.

13º Mandamento

Só aparecer na mídia com objetivos concretos.

14º Mandamento

Foco, foco e mais foco no essencial.

15º Mandamento

Comunicação e transparência com os dados mais importantes ajudam a educar e a criar vantagem competitiva.

16º Mandamento

Cuidado com as costas.

17º Mandamento

Ser ético é essencial.

18º Mandamento

Leva-se muito tempo para construir uma reputação que pode acabar rapidamente.

19º Mandamento

Em vez de buscar o pote de ouro no fim do arco-íris, ande o arco-íris inteiro obtendo lucro no caminho.

20º Mandamento

Um sonho grande, desafiador e comum é essencial e ajuda a todos a trabalhar na mesma direção.

Jorge Paulo Lemann promove também um trabalho social, por meio de sua entidade, que é a Fundação Lemann. Ela vem financiando os estudos de centenas de brasileiros, nas melhores universidades do mundo. Nos últimos anos, a ONG tem contribuído para a melhoria dos serviços públicos, a educação e a gestão do ensino, entre outros projetos na área educacional.

A Fundação Lemann promoveu um encontro inédito com Salman Khan. O fundador da Khan Academy acredita que a internet pode reinventar a educação. Conhecida por desenvolver e incentivar projetos educacionais inovadores, a Fundação Lemann é a responsável pela tradução e disseminação de mais de 400 vídeos da Khan Academy no Brasil. O projeto é desenvolvido em parceria com o Instituto Península e o Instituto Natura. As aulas em português já contam com mais de 1,9 milhão de visualizações.

No site www.fundacaolemann.org.br você encontrará vídeos de Salman Khan, o professor mais popular da internet, que dá aulas gratuitas sobre química, física, matemática, entre outros assuntos relevantes. Além disso, poderá fazer vários cursos a distância, inteiramente gratuitos. Além dos vídeos, a Fundação Lemann e suas parceiras também estão levando a Khan Academy para as escolas públicas brasileiras. O projeto disponibiliza um *software* com vídeoaulas e exercícios, que apoia os professores na tarefa de personalizar o ensino, ajudando a garantir que todos os alunos aprendam.

No âmbito global, a Fundação Lemann é a mais nova apoiadora da Khan Academy, ao lado de gigantes como Google e Bill Gates. Além de fortalecer a Khan Academy em todo o mundo, a parceria tem o objetivo de acelerar a tradução da ferramenta completa para o português e torná-la acessível para todos os estudantes brasileiros. “O método de ensino da Khan Academy é inovador, e acredito que vai revolucionar o sistema educacional no mundo inteiro. Apoiar a iniciativa globalmente garante que os alunos brasileiros também sejam beneficiários dessa transformação”, afirma Jorge Paulo Lemann, fundador da Fundação Lemann.



Os Alpes Suíços

BRASIL 2014: A C

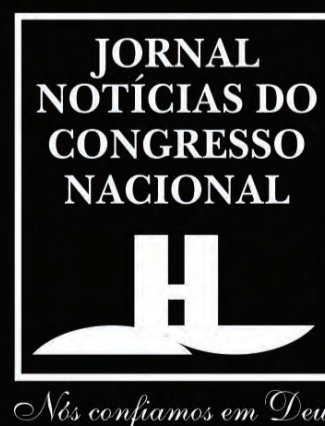


COPA DAS COPAS

Vai começar o maior
espetáculo da Terra.

Somos mais de 200 milhões
de brasileiros movidos por
um único ideal e uma só fé.

Acreditamos em você, Brasil!
A Taça do Mundo é nossa!





Dr. Wagner Pinheiro de Oliveira

Presidente dos Correios

OS CORREIOS VÃO MAIS LONGE

O ano de 2013 foi um marco na história dos Correios. Ao mesmo tempo em que comemoramos os 350 anos dos serviços postais no Brasil, avançamos no processo de modernização da empresa e diversificação das nossas atividades, iniciado em 2011 com a sanção da Lei nº 12.490 pela Presidenta Dilma Rousseff, que havia proposto a alteração legal.

Focados na importância de adequar as atividades dos Correios à rapidez trazida pelas novas tecnologias e ampliar nossa atuação no segmento de serviços postais eletrônicos, em 2013 inauguramos os dois primeiros centros de digitalização e produção de objetos postais, em Brasília (DF) e Florianópolis (SC). As unidades fazem parte da primeira etapa de implantação da plataforma Correio Digital e trabalham com a captação eletrônica de dados dos clientes para geração e entrega física de mensagens.

Outra iniciativa de 2013 que fortalecerá nossa atuação no segmento postal eletrônico é a parceria firmada com a empresa VALID para a oferta de serviços de comunicação multicanal e certificação digital. Possibilitaremos às empresas e aos cidadãos brasileiros optar, dentre uma gama mais variada de serviços de comunicação, por aqueles que melhor os atenderem. Para isso, contaremos com a confiança e a credibilidade da nossa marca, além da nossa capilaridade, e a VALID contribuirá com sua tecnologia e experiência nesse segmento de mercado.

No que tange à reconhecida parceria com o Banco do Brasil, aumentamos nossa sinergia e levamos o Banco Postal para 5.236 municípios. Ressaltamos que hoje o Banco Postal é a única opção de atendimento bancário em mais de 1,6 mil cidades, o que reforça sua importância social. E, em 2013, firmamos um novo acordo com o Banco do Brasil, para ampliar essa parceria de sucesso e oferecer uma carta de serviços mais variada, com linhas de crédito, seguros, capitalização, cartões pré-pagos, consórcios, entre outros. O objetivo é chegarmos a uma parcela significativa da população brasileira que hoje não tem acesso ao sistema financeiro e é estimada em 55 milhões de pessoas, responsáveis por movimentar mais de R\$ 600 bilhões por ano.

Também firmamos parcerias importantes com a Telebrás, no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL); com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), para atuarmos conjuntamente na modernização da logística no País; e com a Apex-Brasil, a fim de realizar a internacionalização dos Correios, com a abertura de nossa primeira unidade no exterior: um escritório de prospecção de negócios que funcionará em Miami (EUA).

Em uma ação para a modernização da nossa comunicação com os clientes, realizamos a implantação do uso de *smartphones* pelos carteiros para a entrega de encomendas, o que permite a atualização em tempo real das informações. A primeira fase desse trabalho contemplou 2,5 mil carteiros em 13 Estados e no DF. A próxima etapa, que se inicia neste ano, estende o uso dos *smartphones* aos mais de 60 mil carteiros do Brasil, para todos os serviços de entrega sob registro.

Além das medidas de inovação, 2013 foi um ano em que trabalhamos com afinco para a melhoria dos indicadores de qualidade da empresa, de forma que os Correios se mantêm à altura da confiança que a população brasileira sempre depositou nos serviços postais. Registramos significativo avanço em nosso indicador de qualidade operacional, que ultrapassou o patamar dos 93% — o que significa um aumento de 5% desde 2011.

Ao mesmo tempo em que investimos em novas tecnologias, na contratação e na capacitação de funcionários e fechamos parcerias para aprimorar nossa atuação, fortalecemos nossa política de patrocínios, que reforça a marca Correios no mercado concorrencial e nos permite cumprir o papel de empresa pública, fomentando o desenvolvimento da cultura e do esporte nacional.

Prova disso é que, além de mantermos seis centros culturais (RJ, PE, BA, SP, CE e MG) e o Museu Nacional dos Correios (DF), investimos em diversos projetos culturais pelo Brasil afora. Além disso, somos os patrocinadores oficiais das confederações brasileiras dos desportos aquáticos, do tênis, do

futsal e do handebol — apoios que também contribuem para o desenvolvimento de atletas e beneficiam cerca de 10 mil crianças e adolescentes carentes que participam de escolinhas dessas modalidades esportivas.

E, para fechar as comemorações dos nossos 350 anos, em janeiro de 2014 anunciamos nossa atuação como operador logístico dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 — maior competição esportiva do planeta, que ocorrerá no Brasil, também com nosso patrocínio.

Todas essas ações, somadas à credibilidade conferida aos Correios pela população brasileira, garantiram à empresa várias premiações em 2013, entre as quais destacamos: uma das dez melhores empresas de serviço postal do mundo pela consultoria mundial Accenture; foi o serviço público mais bem avaliado pela população brasileira, de acordo com pesquisa CNI/Ibope; obteve o reconhecimento como uma das 30 marcas mais valiosas do Brasil, segundo estudo da Brand Finance — líder mundial de consultoria de marcas, além de ser a empresa de logística mais admirada do País, conforme o Prêmio DCI.

Para 2014, continuaremos focando no desenvolvimento do quadro de funcionários e no aprimoramento de nossos produtos e serviços, visando atingir uma gestão de classe mundial. Teremos o início da implantação de 12 novos centros logísticos no Brasil, além do investimento de R\$ 800 milhões em condições de trabalho e infraestrutura, da realização de mais um concurso público e de uma nova licitação para agências franqueadas.

Temos pela frente um novo ano repleto de possibilidades e certamente escreveremos mais um capítulo da história de sucesso dos Correios, empresa pública comprometida socialmente em levar comunicação com eficiência a todos os brasileiros, onde estiverem e de qualquer forma, agora contando também com todas as possibilidades trazidas pela tecnologia digital.





Dr. Gustavo Henrique de Barroso Franco

Ex-Presidente do Banco Central do Brasil

20 ANOS DA URV E DO PLANO REAL

No dia 28 de fevereiro de 2014, sexta-feira de Carnaval, festejamos também os 20 anos da publicação da Medida Provisória nº 434, que introduziu a Unidade Real de Valor (URV), uma formidável inovação que assumiu a forma de segunda moeda nacional, porém apenas “virtual” ou “para servir exclusivamente como padrão de valor monetário” (art. 1º).

Era uma inovação incompreensível apenas na aparência.

A URV era o real, desde o início. Em seu artigo 2º, a MP nº 434 já determinava que, quando a URV fosse emitida em forma de cédulas – e assim passasse a servir como meio de pagamentos –, o cruzeiro real seria extinto e a URV teria seu nome mudado para real. A inflação beirava os 40% mensais, mas, em vista do modo como foi construída, a URV (que Saulo Ramos, com verve e má vontade, chamou de “feto de moeda”) era uma “moeda estável”, ou uma unidade de conta protegida da inflação, portanto superior às outras em circulação ou em uso para indexar contratos, e por isso as substituiu de modo espontâneo e surpreendentemente rápido. As pessoas escolhem sempre a melhor moeda para si e procuram livrar-se das outras: essa é uma das mais antigas leis da economia, a Lei de Gresham. Foi esse o fenômeno a impelir as pessoas a adotar a melhor “moeda de conta”, a URV, e livrar-se das outras.

Na partida, em 1º de março de 1994, a cotação da URV em cruzeiros reais, a moeda de pagamentos, era CR\$ 647,50, valor que o BC usava para fixar a taxa de câmbio (e não o contrário). No dia seguinte, a URV mudou para CR\$ 657,50, conforme a variação da inflação corrente, e depois para CR\$ 667,65 assim fomos.

Em poucas semanas, a URV alastrou-se de forma viral, pois era um convite irresistível: migrar espontaneamente para uma moeda de conta que andava com o dólar. Por que o Brasil não poderia ter uma moeda tão boa quanto a de qualquer outro país? Por que a moeda estável, a indexada, era privilégio apenas do rico que usava o *overnight* e outros expedientes sofisticados e caros?

Em 1º de julho, quatro meses depois (e bem poderia ter sido antes!), as novas cédulas e moedas do real foram colocadas em circulação em lugar do cruzeiro real na razão de R\$ 1,00 para CR\$ 2.750,00. A reforma monetária estava completa, e o real em

plena circulação. Quem disse que o brasileiro não sabe fazer conta e não é capaz de entender e agir inteligentemente diante de questões econômicas aparentemente complexas?

Depois de vinte anos, a adoção generalizada da URV ainda está cercada de uma aura de mistério e fascinação e entre os especialistas é lembrada como uma das experiências de estabilização mais engenhosas e bem-sucedidas que a Humanidade já conheceu. O fim da hiperinflação alemã em 1923, que fez uso de um expediente semelhante – o *rentenmark* – é frequentemente descrito como um “milagre” e desafia explicações, tal como a URV.

O fato é que a introdução da moeda de conta indexada deu início a uma reação química em cadeia, uma espécie de redescoberta do “valor das coisas”, que estendia seus efeitos para todo o espectro de simbolismos associados ao dinheiro, sugerindo, inclusive, a identificação entre inflação e imoralidade.

Havia muita coisa em jogo no plano simbólico: a moeda, como a bandeira e o hino, está entre os mais importantes símbolos nacionais, de tal sorte que sua degradação, quando levada ao extremo de uma hiperinflação, espalhava suas consequências para muito além da órbita econômica.

Elias Canetti, numa passagem famosa sobre a hiperinflação alemã, observou mais genericamente que uma inflação desse tipo “pode ser tomada como uma orgia satânica de desvalorização no qual os homens e as unidades de seu dinheiro exercem os mais estranhos efeitos sobre si mesmos. Um se projeta no outro, o homem sentindo-se tão ‘ruim’ quanto o seu dinheiro”. Nada a estranhar, portanto, no torpor e na dissolução de valores, entendida de forma mais ampla, em vigor durante aqueles anos e que, infelizmente, deixou sequelas.

O “caminho de volta” enunciado pelo Plano Real compreendia a recomposição e reunificação das funções da moeda em sequência: primeiro, a de servir como unidade de conta com a URV, substituindo outros indexadores e unidades de conta usadas em contratos e orçamentos familiares; segundo, a de servir como meio de pagamento de curso legal com a emissão de cédulas e moedas denominadas em real; e, por último e mais difícil, a de funcionar como reserva de valor, teste realizado quando a nova moeda deixou de ser indexada ao dólar

e flutuou com relação à moeda norte-americana. E, diante do veredicto dos mercados, quando o real apreciou com relação ao dólar e assim se manteve, o circuito estava completo.

Era apenas o começo, é claro, e o programa prosseguiu, inclusive porque havia a clareza de que o Plano Real, diferentemente dos outros planos econômicos, compreendia uma extensa agenda de ações contemplando os chamados fundamentos econômicos da estabilização e do desenvolvimento. Era uma linguagem inovadora para uma época em que as pessoas ainda acreditavam em Papai Noel e inflação inercial. Essa agenda era o cerne do programa. A passagem do tempo e a alternância no poder só tornaram mais claro que estávamos adotando paradigmas já bem assentados no tocante à disciplina monetária, à responsabilidade fiscal e à sustentabilidade financeira do Estado.

A URV, depois transformada em real, trouxe a inflação no Brasil para níveis internacionais no início de 1997 sem sustos, confiscos, caneladas e recessão. No ano – calendário de 1998, a inflação medida pelo IPCA foi de 1,6%, a menor da série histórica. Foi a menor inflação anual desde que o IPC da FIPE começou a ser calculado em 1940.

Pois, assim, a estabilização retirou-nos de um estado de torpor e depressão para outro de euforia e ansiedade. A agenda de estabilização rapidamente converteu-se na discussão das reformas necessárias para o crescimento, no qual estacionamos já faz alguns anos.

O problema do crescimento é semelhante ao da estabilização de muitas formas: ambos dependem de coordenação, persuasão, segurança quanto à consistência macroeconômica e, sobretudo, incentivos corretos. O sucesso da URV e do Plano Real é sempre associado ao estilo da coisa, à transparência no fazer e a ideia de um “convite a aderir” a um mecanismo que os agentes econômicos percebem como superior. Não é um “Pacto Social” negociado por sindicatos e associações patronais nem um mecanismo compulsório e invasivo como foram os congelamentos. Essas coisas não funcionam. As pessoas, inclusive as jurídicas, preferem exercer suas próprias escolhas orientadas por suas próprias percepções sobre os seus melhores interesses. Assim funcionam as economias de mercado como a nossa. Quando o governo organiza políticas públicas que atentam para esse detalhe crucial sobre o modo como a economia funciona as coisas costumam dar certo.





Professor Luiz Alberto Machado

Vice-Diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)

REALIDADES E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MUNDIAL



o receber o convite para escrever este artigo, minha primeira reação foi de preocupação diante da dimensão do desafio: escrever sobre tema tão amplo num espaço tão curto. Passado o desespero inicial e após refletir sobre o desafio, optei por dividir a análise em quatro partes, focalizando o Brasil, mais detalhadamente, e três dos mais importantes atores da economia mundial: Estados Unidos, China e União Europeia.

Brasil

Não há dúvida de que o Brasil é hoje um país bem diferente daquele que existiu até o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, desfrutando de uma credibilidade muito maior no concerto das nações. Para essa mudança positiva de imagem foram fundamentais a redemocratização, ocorrida durante a década de 1980, a abertura da economia, impulsionada pelo presidente Fernando Collor no início dos anos 1990 e, principalmente, a conquista da estabilidade, afinal obtida em 1994 com o Plano Real, pondo fim a um longo período caracterizado pelo tripé perverso constituído pela estagnação prolongada, pela inflação crônica e pela pressão das dívidas – externa e interna.

Recentemente, porém, essa boa imagem do Brasil sofreu alguns arranhões, como fica evidente pelas duas capas estampadas pela revista *The Economist* no intervalo de aproximadamente quatro anos. Em novembro de 2009, a referida revista estampou em sua capa uma foto do Cristo Redentor sendo lançado como um foguete sob a manchete “Brazil takes off” (O Brasil decolou).

Menos de quatro anos depois, a mesma revista volta a destacar o Brasil em sua matéria de capa. Em sua edição do dia 28 de setembro de 2013, *The Economist* estampou em sua capa uma foto do foguete do Cristo Redentor em apuros, sob a manchete “Has Brazil blown it?” (O Brasil estragou tudo?).

Particularmente, acredito que nem a situação era tão boa quanto a que foi sugerida pela matéria de 2009, nem é tão ruim quanto a descrita pela matéria de 2013. A meu juízo, a mudança de ponto de vista deveu-se à percepção de certo esgotamento da política econômica adotada pelo governo brasileiro, baseada no binômio “programas de transferência + estímulo ao consumo”.

Se esse modelo respondeu positivamente num primeiro momento, quando muitos países enfrentaram pesadas dificuldades em decorrência dos efeitos da crise financeira internacional, sua viabilidade no longo prazo foi sempre objeto de questionamento por parte de analistas mais serenos, que sinalizaram para a falta de um planejamento digno desse nome, que articulasse ações de curto, médio e longo prazos.

Nos três anos de governo de Dilma Rousseff, ocorreram mudanças tanto no plano externo como no interno que serviram para tornar mais evidentes os nossos problemas.

No plano externo, além da lenta recuperação da economia norte-americana e das enormes dificuldades de algumas economias europeias, verificou-se a desaceleração da economia chinesa, cujas importações, inclusive de produtos brasileiros, haviam sido decisivas para o satisfatório desempenho de nossa balança comercial e, por consequência, para ajudar a manter num patamar aceitável o nível de atividade da economia brasileira. As taxas de crescimento do PIB tornaram-se píffias, mas os níveis de emprego e renda mantiveram-se em níveis elevados, o que explica em boa parte a manutenção de altas taxas de aprovação do governo.

No plano interno, porém, a situação vem se deteriorando em função de uma série de intervenções governamentais que foram, pouco a pouco, minando a confiança conquistada a duras penas no fim da década de 1980 e início da de 1990. Mudanças constantes nas regras do jogo, inúmeras medidas protecionistas, uma flexibilização crescente da política fiscal, uma discutível criatividade na divulgação das contas públicas e uma enorme incapacidade para promover reformas que melhorem o ambiente para a realização de negócios foram afastando cada vez mais os investidores – tanto os de fora como os de dentro.

Diante, porém, de duas manchetes tão discrepantes, recomenda-se uma breve retrospectiva histórica a fim de evitar exageros. Num país em que por mais de duas décadas prevaleceu um cenário que combinava estagnação, inflação crônica e elevada, além de razoável instabilidade política, dizer que vivemos tempos turbulentos porque o crescimento econômico permanece abaixo do seu potencial e porque a inflação insiste em se manter próxima do limite superior da meta é um exagero. Afinal, estamos falando de uma inflação anual de aproximadamente 6,5%, quando chegamos a conviver por muitos meses seguidos com taxas de dois dígitos e, em alguns anos, com uma inflação anual que atingia quatro dígitos!!!



Estados Unidos

Nos Estados Unidos, prevalece uma sensação de relativo otimismo. O país ainda se mantém como a maior economia do planeta, e, embora o Presidente Barack Obama esteja longe de desfrutar do mesmo prestígio do início de seu primeiro mandato, não há qualquer indício de perda de controle.

Superado, pelo menos temporariamente, o grave impasse vivido em outubro de 2013 em razão da dificuldade de aprovação do orçamento por conta de divergências entre republicanos e democratas, os Estados Unidos começam a colher os frutos do esforço empreendido desde o início da grave crise econômico-financeira, em 2007/2008. Evidência clara disso é a redução dos estímulos concedidos pelo *Federal Reserve*, o que só está ocorrendo em razão da percepção de que as forças da economia readquiriram condições de andar com suas próprias pernas.

Por falar em *Federal Reserve*, vale a pena registrar a mudança ocorrida em sua direção com a saída de Ben Bernanke, substituído por Janet Yellen. No pronunciamento de sua primeira audiência no Congresso norte-americano, Yellen prometeu continuidade na política monetária, afirmou que a retomada do mercado de trabalho ainda não está concluída e declarou que pretende manter a política de diminuição dos estímulos à economia, como vinha fazendo o seu antecessor.

Considerando o enorme peso relativo da economia norte-americana, é possível imaginar, num cenário otimista, certa reação em cadeia, com diversas outras economias se beneficiando, caso a recuperação continue ocorrendo no ritmo observado até agora.

China

Depois de suplantando o Japão como a segunda maior economia do planeta e de manter um crescimento econômico a taxas próximas de 9 ou 10% ao ano até 2012, a China apresentou relativa desaceleração em 2013, com uma taxa de crescimento pouco acima de 7%.

Em 2013 houve mudança na cúpula dirigente. Em março de 2013, tomaram posse o Presidente Xi Jinping, sucedendo Hu Jintao, e o Primeiro-Ministro Li Keqiang, em substituição a Wen Jiabao. Na primeira entrevista concedida após tomar posse, Xi Jinping disse que “o mundo está mudando, e a China também está mudando” em direção ao “socialismo com características chinesas”. O presidente chinês afastou qualquer temor em relação a pretensões hegemônicas da China, comprometeu-se com as reformas econômicas e políticas do país e disse que há um longo caminho a percorrer até a China ser um país “rico e forte”.

Embora tenha afirmado que “uma China rica e forte ainda está distante”, a realidade é bem diferente, quer pela expressiva participação da China no comércio mundial, que supera 11% do total transacionado no mundo, quer pela importância estratégica da China para o Brasil. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, com as transações tendo atingido US\$ 77,1 bilhões em 2011 e US\$ 75,8 bilhões em 2012.

De acordo com o embaixador Clodoaldo Huguene, que ocupou a Embaixada do Brasil em Pequim de setembro de 2008 a fevereiro de 2013, a mudança reveste-se de especial importância por tratar-se de uma mudança de geração no poder, da quarta para a quinta. Para Huguene, não adianta especular a partir da análise do perfil dos novos ocupantes dos cargos. Mais importante é observar o legado da quarta geração e os principais desafios da quinta.

As últimas avaliações sobre a quarta geração foram negativas, por ela não ter levado adiante o processo de reformas que havia sido traçado. Apesar de reconhecer a validade de algumas críticas, Huguene pondera que a quarta geração teve que enfrentar nos últimos cinco anos o impacto de uma crise internacional sem precedentes, sabendo superar os problemas com muita competência. O problema do adiamento das reformas é que, quanto mais elas forem postergadas, mais difícil será levar o programa adiante sem o risco de uma crise interna. A China, entretanto, não tem escolha, pois os desafios que tem pela frente são enormes, apesar do enorme avanço verificado nas últimas quatro décadas.

Os novos mandatários possuem uma visão estratégica muito boa e têm também um rumo traçado que será seguido à risca. Nesse rumo, a prioridade absoluta é a continuidade do desenvolvimento pacífico. A estratégia do desenvolvimento pacífico deverá ser buscada sem esquecer jamais do século das humilhações a que o país esteve sujeito até a metade do século XX. E, nessa busca, os interesses fundamentais seguirão inalterados, envolvendo a integridade do território, a supremacia do Partido Comunista (que possui 85 milhões de membros) e a soberania.

União Europeia

A União Europeia continua sendo o mais débil entre os principais atores da economia mundial, embora em determinados momentos transmita a sensação de que “o pior já passou”. Permanecem, no entanto, fortes razões para desconfiança com relação à economia de diversos de seus países-membros, entre os quais Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal, principalmente se considerarmos que a Alemanha, integrante mais poderoso do bloco, parece ter se cansado de socorrer esses países sem que eles realizem as ações indispensáveis ao bom funcionamento de suas economias.



Todo
mundo
entende
um pouco
de **publicidade,**
procure
quem
entende
muito.

Com mais de uma década de atuação, a WT Publicidade é uma agência de comunicação que atende diversos segmentos, como alimentício, logístico, imobiliário, hoteleiro, saúde animal e, principalmente, saúde humana.

A abrangência de contas atendidas demonstra a criatividade e a capacidade da WT em atender as expectativas e se moldar conforme as necessidades de seus clientes. A relação com as empresas é muito próxima, o que permite o contato direto a todos os colaboradores da agência, estabelecendo agilidade e pontualidade em todos os processos. Além da área *offline*, temos um portfólio com inúmeros materiais digitais, entre *movies*, materiais interativos, *games* e etc.

Entre em contato e descubra quantas ideias a WT tem para a sua empresa.

11 5181.5599
wt@wtpublicidade.com.br
www.wtpublicidade.com.br

Avenida das Nações Unidas, 18.801
Conjuntos 1218 e 1219 - Santo Amaro
São Paulo - SP - 04795-100





Dr. José Fernando Coura

Diretor-Presidente do IBRAM

BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA ATIVIDADE MINERAL NO BRASIL



Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), José Fernando Coura, é engenheiro de minas, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra) e Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Números da economia brasileira comprovam a importância da indústria extrativa mineral para o desenvolvimento do País. A mineração representa, atualmente, entre 3 e 5 % do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), e, de acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Brasil possui aproximadamente oito mil minas em operação.

A Indústria Mineral Brasileira registra ao longo da última década crescimento vigoroso graças a fatores como as profundas mudanças socioeconômicas e de infraestrutura que o País tem vivenciado. Muito embora a atividade mineral tenha sofrido redução em suas expectativas em razão da crise internacional, o crescimento é impulsionado pelo processo de urbanização em países emergentes com expressivas áreas territoriais, alta densidade demográfica e alto PIB, como os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

O subsolo brasileiro é rico e apresenta minérios de classe mundial, o que resulta em maior competitividade para o País inclusive em relação aos maiores produtores mundiais. No entanto, existe um fator que ainda prejudica o desenvolvimento do setor: há pouco conhecimento geológico sobre as reservas brasileiras. Estima-se que apenas cerca de 20% do território brasileiro esteja mapeado em escalas adequadas à atividade mineral. Dados do **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM – www.ibram.org.br)** apontam que a receita anual da produção mineral brasileira atingiu, em 2013, 51 bilhões de dólares e que a atividade gera aproximadamente 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

A cadeia da mineração sobrevive da extração de recursos naturais não renováveis e, justamente por isso, foi um dos setores que mais desenvolveu novas abordagens para trabalhar de forma menos impactante ao meio ambiente. A atividade, que opera em áreas pequenas e pontuais, tem desenvolvido a cada dia novos mecanismos de extinção das barragens de rejeitos e de reflorestamento de áreas, por exemplo.

E os benefícios da atividade não param por aí: pesquisas apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas cidades mineradoras do Brasil é maior do que a média de seus próprios estados.

Mesmo quando são instalados longe de grandes centros urbanos ou mesmo em áreas com baixos níveis sociais, os empreendimentos de mineração tornam-se uma possibilidade real para o desenvolvimento sustentável regional. Além disso, o Instituto estima que, até 2016, as principais mineradoras que atuam no Brasil investirão em torno de 75 bilhões de dólares no País.

Governos e grupos ambientalistas acreditam que as empresas são parte importante da solução em busca do desenvolvimento sustentável. Na atividade mineral não é diferente: cada vez mais só há espaço para as instituições que conseguem demonstrar para a sociedade seu comprometimento com essa corrente. O empresário brasileiro passou a enxergar a sustentabilidade como uma necessidade no mundo dos negócios e também como peça fundamental para a competitividade da empresa.

As atividades minerais desenvolvidas no Brasil têm evoluído a cada dia, o que coloca o setor na vanguarda e na liderança rumo à economia verde no Brasil. A mineração é parte da solução para o desenvolvimento sustentável. Os bens minerais são, inclusive, essenciais para as inovações tecnológicas em quase todos os campos, incluindo a geração de energia limpa.

Dados do setor apontam o crescimento do comprometimento com as boas práticas: em relação à saúde e segurança do trabalho, estima-se que, em 1990, apenas 60% das mineradoras diziam possuir objetivos, metas e estrutura organizacional dedicada à área. Hoje, a realidade é outra: mais de 95% das empresas declararam possuir tais mecanismos, de acordo com dados do estudo *Gestão para Sustentabilidade na Mineração*, desenvolvido em parceria entre o IBRAM e a *Environmental Resources Management (ERM)* e lançado durante a Exposição Internacional de Mineração de 2013 (EXPOSIBRAM).

Outro bom exemplo relaciona-se à gestão dos riscos ambientais: o mesmo estudo aponta que, nos anos 1990, apenas 30% das mineradoras possuíam objetivos e metas ambientais; 40%, mecanismos de verificação; e 35%, preparação para atendimento às emergências ambientais. Nova análise foi realizada em 2012, e os resultados foram surpreendentes: 90% das empresas do setor afirmaram ter todos os instrumentos de gestão de riscos. E esse percentual só tende a aumentar!

Podemos notar mais avanços se considerarmos o respeito às ações tomadas pelas mineradoras que extrapolam a exigência legal: 45% revelaram que entre os anos de 1990 e 1995 adotavam medidas adi-

cionais às determinadas pelo licenciamento no que se refere à preservação de áreas com ecossistemas naturais, e 33% declararam que também realizavam compensação por “serviços ambientais”. Atualmente, esses dois conjuntos de ações são executados por cerca de 93% das empresas.

Outro ponto importante está relacionado aos investimentos em reúso da água das operações e operações de mineração. O IBRAM estima que cerca de 80% são recirculados pelas empresas, que tem trabalhado também para a extinção das barragens de rejeitos e para conseguir reaproveitar minérios em áreas que já foram mineradas.

Também em parceria do IBRAM, a questão do planejamento para fechamento de mina tem sido cada vez mais debatida com as mineradoras. O ideal, de acordo com estudo desenvolvido pelo Instituto em parceria com o professor da Universidade de São Paulo (USP), Luis Sánchez, e a geóloga Ana Claudia Neri, é que todo o fechamento seja planejado antes mesmo da abertura da mina, visando fortalecer as ações de sustentabilidade e de planejamento do setor mineral.

Em resumo, a inclusão de aspectos de sustentabilidade nas práticas de gestão das mineradoras tem evoluído em função de indutores como requisitos regulatórios e de mercado, iniciativas nacionais e internacionais e expectativas de grupos sociais. O reconhecimento de que a atividade minerária oferece, ao mesmo tempo, oportunidades de promoção socioeconômica à população – mesmo às localizadas em regiões inóspitas e sem infraestrutura adequada a uma vida confortável – e de estímulo ao desenvolvimento sustentável tem sido notável nas últimas décadas.

A mineração tem que induzir o desenvolvimento local, reforçar a renda, promover a qualidade de vida da sociedade e dedicar especial atenção ao uso sustentável dos recursos naturais. Como resultado, as empresas buscam o reconhecimento por parte da população e que os cidadãos passem a enxergar o setor mineral como aliado na construção de um futuro mais sustentável. O grande ponto positivo é que iniciativas nacionais e internacionais também têm motivado a ampliação do escopo da gestão da sustentabilidade, por meio da inclusão de temas e aspectos de forma mais robusta nas estruturas usuais da rotina da gestão operacional das empresas de mineração.





Dr. Pablo Miguel Roig

Médico Psiquiatra Especialista em Adições e Diretor Clínico da Clínica Greenwood

LIBERAÇÃO?



A sociedade observa perplexa a evolução do consumo de drogas, o começo precoce do contato com elas por parte das crianças e a influencia que isso se reflete a todos nós.

O aumento da violência, consequência direta da disputa pelo mercado de droga, da relação dos usuários com os traficantes e dos usuários entre si, nos limita a *bunkers* (edifícios com segurança particular, shopping centers, carros blindados etc.) teoricamente mais seguros. São Paulo, a quarta cidade mais povoada do mundo, mantém uma organização criminal, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que atua desde as prisões com eficiência maior que o Estado, chegando a façanha de ordenar um “toque de recolher” em 2005 que esvaziou a cidade a partir das 17 horas. Coordenam dos presídios o controle do tráfico, roubos a bancos e caixas eletrônicos, sequestros, assassinatos etc., sendo isso financiado pela distribuição de drogas em uns 90% e também pela contribuição compulsória de seus membros.

Os números que medem a violência no Brasil superam significativamente os que encontramos nas zonas de conflito de guerra e a extrema de crueldade dos atos criminais mostram um aumento significativo de latrocínios (roubo seguido de morte), em relação aos roubos. Os crimes praticados por menores, protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mostram que algo mais grave está acontecendo na nossa sociedade, com uma nova geração sem rumo, com o conceito de impunidade e com marginais como figura de identificação.

O Brasil é o maior consumidor de *crack* mundial, sendo essa droga de uma intensidade de ação que modifica o código ético e moral do usuário, transformando-os em escravos de seu uso e autômatos em busca de sua droga, custe o que custar. Existem regiões nas grandes cidades chamadas de “cracolândias”, onde seres em situação sub-humana fumam uma pedra atrás da outra; é onde encontramos homens, crianças, mulheres, algumas grávidas, em uma atividade compulsiva de autodestruição. Vendendo essas cenas, todos concordam, com raras exceções, que essa situação deve ser interrompida. Recentemente, a administração municipal de São Paulo instalou um programa de dar trabalho como catadores de rua os “craqueiros” e incluí-los em atividades esportivas, mantendo o consumo de droga. Isso seria remunerado com R\$ 15,00 diários, esperando que os usuários se sensibilizassem para começar um tratamento. O resultado foi que, no fim da primeira semana, com os dependentes recebendo suas remunerações, o preço do *crack* aumentou significativamente.

Medidas como essas, demonstram o total desconhecimento da intensidade de ação desses estimulantes, a perda de liberdade de optar pelo uso ou não do fármaco, as mudanças em sua estrutura de valores e as mudanças de suas prioridades.

Ao abordar o problema, o que se percebe é que o problema não é o *crack* em si, mas o consumo de drogas biopsicosociotóxicas, com o poder de provocar dependência. E aqui entram o álcool, o tabaco, os benzodiazepínicos e a maconha, sendo esta inocentada por ter uma ação tão aguda como os estimulantes derivados da cocaína, do ópio e metanfetaminas. O efeito da maconha tem consequências estruturais gravíssimas, alterando a eficiência cerebral e aumentando significativamente a incidência de patologias psiquiátricas, como depressão, ansiedade, quadros bipolares, quadros psicóticos frequentemente irreversíveis etc. Portanto, o conceito de *cannabis* como droga leve é totalmente falso. Dificilmente um usuário de *crack* começou seu uso por essa droga e na maioria seguiu a sequência: tabaco, álcool, cloridrato de cocaína, metanfetaminas e *crack*.

Diante dessa realidade, a sociedade procura na liberação das drogas, começando pela maconha, um meio de acabar com o tráfico e controlar o uso, também arrecadar impostos para tratamentos das vítimas. Pensa-se em organizar programas para limitar o uso e controlar os efeitos do mesmo. Não é o que já existe para o álcool e tabaco, mostrando-se totalmente ineficiente, sendo essas drogas as mais consumidas e com o maior número de usuários?

Aparentemente, quem apoia essas medidas com a esperança de uma solução pensa do ponto de vista político-econômico, e não do ponto de vista do dependente. Há trinta e cinco anos, venho trabalhando na área de dependência e convivo com o sofrimento dos adictos e famílias deles. Não vejo como saída que drogas biopsicosociotóxicas devam ser produzidas e distribuídas pelo Estado, como propõe o Presidente Mujica do Uruguai, ou cultivadas em casa. A doença evoluirá a partir de uma droga legal ou ilegal. As drogas liberadas têm o mesmo poder de criar doenças que as ilícitas. Por outro lado, as limitações necessárias para o uso legal não serão suficientes para o usuário, que satisfará as necessidades em forma ilegal, mantendo o traficante para abastecê-lo. É ilusório crer que os dependentes químicos consigam respeitar limites de consumo. Também é falso esperar que uma droga legal tenha menor incidência sobre a estrutura ético-moral do usuário ou sua eficiência cerebral.

Sendo um tema tão complexo e multidisciplinar, é de extrema importância que os políticos, sociólogos, economistas, artistas, entre outros, ouçam com muita atenção o que os profissionais e paraprofissionais que passam anos após anos tentando devolver aos seus pacientes a capacidade de escolher e romper o cativo do vício têm a dizer.

Para concluir, uma pergunta que ainda não consegui responder: “E a quem interessa a liberação das drogas?”



RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.

MEDALHA DO MÉRITO DA VIDA



Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente do Conselho Antidrogas do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, recebe do Deputado Federal Dr. Carlos Alberto – (PMN/RJ) o Diploma do Mérito da Vida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



Deputado Federal Dr. Carlos Alberto homenageou no dia 17 de março, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, todos os integrantes da política pública Operação Lei Seca e várias personalidades e autoridades de vários segmentos que a vem apoiando há cinco anos com o Diploma e a Medalha do Mérito da Vida.

Um dos homenageados foi o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente do Conselho Antidrogas do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, que vem trabalhando há dez anos no combate às drogas e na recuperação de dependentes químicos.

Além dos integrantes da Operação Lei Seca, receberam a homenagem o Presidente da Alerj, Deputado Paulo Melo (PMDB); o Presidente do Conselho Federal de Administração, Sebastião Luiz de Mello; o Secretário de Estado de Segurança, José Mariano Beltrame; o Secretário de Estado de Governo, Wilson Carlos Carvalho; o Presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho, entre outros.

O Presidente da Alerj, Deputado Paulo Melo (PMDB), abriu a cerimônia e ressaltou a importância da iniciativa. “A Lei Seca me fez muito mais consciente no trânsito. Agradeço pelos meus filhos, pelos meus netos, pelos filhos dos meus amigos, pelas pessoas que tiveram oportunidade de salvar suas vidas em função desse projeto. Hoje, pais e mães dormem com maior tranquilidade, mesmo sabendo que seus filhos estão na rua”, disse Melo.





AVANTTO
Administração de Aeronaves

Rogério Andrade
Presidente da Avanto

AVIAÇÃO EXECUTIVA NO BRASIL

A empresa Avantto apresenta soluções para empresários que buscam alternativas para fugir do caos das estradas brasileiras



trânsito caótico nas grandes cidades brasileiras já é um problema comum no cotidiano atual, com uma frota de carros que não para de crescer – o dobro em relação à última década. Se essa é uma situação corriqueira em terra, trafegar nas

alturas pode ser uma ótima solução e vem sido procurada cada vez mais.

O Brasil vive hoje um de seus melhores momentos no setor da aviação executiva, contando com a segunda maior frota de jatos, perdendo somente para os Estados Unidos, sendo São Paulo a maior frota em número de operações em helicópteros entre todas as cidades do mundo.

Com isso, o estereótipo de uma clientela associada ao mercado de luxo e ostentação ficou para trás. Atualmente, mesmo com todo o conforto e a personalização que voos de jatos e helicópteros oferecem, eles são destinados ao mundo dos negócios. “Otimizar o tempo entre uma reunião e outra pode gerar mais negócios e, conseqüentemente, mais dinheiro. Além disso, hoje ter a possibilidade de aproveitar 100% as 48 horas de folga que o fim de semana oferece é o verdadeiro luxo” explica Rogério Andrade, presidente da Avantto, empresa pioneira no Brasil em compartilhamento e gerenciamento de aeronaves privadas e helicópteros.

Segundo pesquisa realizada pela ABRAPHE, em São Paulo as operações de pousos e decolagens chegaram a 2.200 por dia. A Avantto, por exemplo, voa em média 864 horas por mês, contando com 380 usuários. O País tem uma frota nacional de 1.909 helicópteros, sendo 692 no Estado de São Paulo e 193 helipontos na capital. O trânsito nas alturas é uma realidade cada vez mais comum em uma sociedade na qual tempo é o maior *commoditie* que se pode ter, e isso se reflete no mundo dos negócios, “na última edição da LABACE – maior feira de aviação executiva da América Latina –, tivemos um movimento 20% superior em relação ao ano passado”, explica Rogério.

Para atender a esse mercado em expansão, a Avantto especializou-se na administração de helicópteros e aviões executivos. Ela oferece ao mercado duas modalidades de prestação de serviço: o Programa de Propriedade Compartilhada e o Programa de Gestão de aeronaves privadas. Com cerca de dois anos no mercado brasileiro, a companhia já se tornou uma das maiores do setor, atendendo mais de 350 usuários e administrando uma frota composta de 53 aeronaves, entre elas os helicópteros Agusta Power, Esquilo, Colibri e Robinson R44 e os jatos Phenom 100 e Phenom 300. Esses ativos somam mais de US\$ 200 milhões.

No Programa de Propriedade Compartilhada, as aeronaves são divididas em cotas – e essas são vendidas individualmente para empresas, profissionais liberais ou pessoas físicas. O objetivo é oferecer aos clientes o prazer de voar em seus helicópteros e aviões, com segurança, pontualidade, 100% de disponibilidade, livre de preocupações e por apenas uma fração dos custos.

Já para aqueles que já fizeram o investimento em aeronaves exclusivas, a Avantto também oferece o Programa de Gestão, que engloba: contratação e treinamento de tripulantes, contratação de seguros aeronáuticos, gestão da manutenção das aeronaves e da burocracia aeronáutica, além da organização da logística de voo. Tudo isso entregando uma operação mais segura e econômica aos clientes.

“Atendemos às mais diferentes necessidades, pensando sempre no melhor custo x benefício para nossos clientes. Com o programa de compartilhamento ou mesmo sob nosso plano de gestão, os usuários podem obter até 80% de redução nas despesas mensais ou, ainda, economizar até 90% na aquisição de uma aeronave”, ressalta Rogério Andrade, Presidente da Avantto.

Em 2013, a Avantto apresentou ao mercado o projeto especial de gestão/compartilhamento de aeronave. O proprietário exclusivo da aeronave deixa com a Avantto a administração e a venda das cotas de sua aeronave; assim, consegue reduzir o custo de operação, mantendo uma fração da sua aeronave, como proprietário.

Para este ano, a Avantto inova com o Combo Avantto. São combinações entre horas de uso de helicóptero e avião para serem usadas da melhor maneira. Por exemplo, o cliente compra um combo de 20 horas e pode voar num mês 12 horas de helicóptero e 8 horas de avião e, no mês seguinte, inverter esse uso ou usar apenas um modelo de aeronave, dependendo apenas da necessidade dele.

Para mais informações, acesse www.avantto.com.br.





**AMOR PELA
VIDA**

Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a
construção do nosso Centro de
Reabilitação e Reinserção Social de
Dependentes de Drogas
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América
Latina com atuação nas áreas de
tratamento, ensino e pesquisa para a
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Para mais informações, acesse: www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".

A SETE MIL METROS DE PROFUNDIDADE, ENCONTRAMOS PETRÓLEO, INSPIRAÇÃO E RESPEITO.



Somos líderes mundiais na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, sendo responsáveis pela operação do pré-sal, que nos posicionou estrategicamente frente à grande demanda mundial de energia. Investimos também na diversificação da matriz energética a partir de matérias-primas renováveis. Além disso, seguimos os princípios do Pacto Global da ONU e integramos o índice Dow Jones de Sustentabilidade pelo oitavo ano consecutivo. Tão importante quanto crescer é ter responsabilidade social e ambiental.

Gente. É o que inspira a gente.